



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. VICTOR FACCIONI)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Proíbe a fabricação, a comercialização e o uso de clorofluorcarbono
(CFC) nas condições que especifica.

DESPACHO: JUSTICA - CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SAÚDE

_____ em _____ de 19 _____

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 735 DE 1988

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 735, DE 1988
(DO SR. VICTOR FACCIONI)



Proíbe a fabricação, a comercialização e o uso de clorofluor-carbono (CFC) nas condições que especifica.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE SAÚDE)

Às Comissões de Constituição e
Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Saúde.
Em 08.06.88.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assinatura

PROJETO DE LEI Nº 735, DE 1988

(Do Deputado VICTOR FACCIONI)

E

Proíbe a fabricação, a comercialização e o uso de clorofluorcarbono (CFC) nas condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É vedada a fabricação, a comercialização e a utilização de produtos que liberem no meio ambiente, sob a forma de gases, aerossóis ou outras que permitam sua difusão na atmosfera, a substância química clorofluorcarbono (CFC).

Art. 2º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A substância química conhecida sob a denominação de clorofluorcarbono é um gás artificial de largo emprego na indústria moderna. Tem sido, porém, responsabilizado como um dos principais agentes destruidores da camada de ozônio que recobre e protege os seres vivos da ação direta dos raios



CÂMARA DOS DEPUTADOS



cósmicos. Tais indícios foram suficientemente fortes para justificar a celebração de um acordo internacional, com a adesão de 24 países, prevendo a redução da produção desta substância em 50% até o ano de 1999. Saliente-se, a propósito, que este tratado não recebeu ainda a adesão do Brasil, a despeito de sua impotência, que justificou, inclusive, a proibição do CFC em sprays nos Estados Unidos.

No Brasil, o alerta mais importante partiu da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que, por iniciativa do Deputado José Antônio Daudt, que, aprovou disposição que proíbe o uso de sprays contendo CFC nos limites daquele Estado. Tal decisão repercutiu favoravelmente junto à União Parlamentar Interestadual - UPI, que, acertadamente, aprovou, em maio deste ano, uma recomendação para que a medida se estendesse a todo o País através de lei federal.

E é o que se pretende nesta proposição, como medida dos mais alto interesse público.

Sala das Sessões, em de de 1988


Deputado VITOR FACCIONI

/amnf

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

DOCUMENTOS ANEXADOS: _____
